

SEGUNDO ELES,

João Carlos CATTELAN¹

- **RESUMO:** Este artigo tem como objetivo geral, a partir da análise de um texto de Gabriela Athias publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, a respeito de uma das tantas denúncias de maus-tratos a menores da Febem, estabelecer um postulado de validade mais geral sobre a forma com que se dá o processo de atribuição de valor às vozes que um articulista traz para o texto. A presente análise pretende observar como se processa, naquele texto, a delegação de vozes aos menores, aos promotores e à Febem, tentando produzir um pleito de caráter mais geral sobre uma das atividades discursivas levadas a efeito em textos escritos veiculados pela mídia.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Discurso; comunidade pressuposicional; citação de vozes; coerção discursiva; efeito de sentido.

Introdução

Este artigo se impõe como objetivo central efetuar uma análise possível do texto *FEBEM tinha sala de tortura, diz promotoria*, assinado por Gabriela Athias e veiculado pela *Folha de S.Paulo*, na página C3 do caderno *Cotidiano*, em 30 de abril de 2002. Buscar-se-á verificar que atividade ele realiza sobre as vozes (a citação do discurso de outrem) que traz para o seu tecido e como acaba, por meio de tal trabalho, denunciando uma representação social da voz dos promotores encarregados da investigação, da voz dos menores denunciadores dos maus-tratos sofridos e da unidade denunciada da Febem.

Para efetuar a análise e afirmar um princípio de validade mais geral sobre a forma de atuação da mídia no que diz respeito ao problema específico da delegação de vozes, lançar-se-á mão de dois tópicos teóricos que dão suporte para a discussão a ser

¹ O autor é docente da Unioeste e atua no curso de Letras Português (Espanhol/Alemão), no Campus de Marechal Cândido Rondon, Paraná – 85960-000 – Brasil. Endereço eletrônico: cattelan@rondonet.com.br.

realizada e o pleito a ser assumido: a) o conceito de intertextualidade ou processo de citação do discurso de outrem: uma das formas da heterogeneidade mostrada; e b) a noção de apoio coral, comunidade filosofante ou horizonte de expectativa: em termos genéricos, uma comunidade interpretativa.

Como o objeto tomado para análise é constituído de um texto apenas, é óbvio que não se pretende que o artigo deva ser visto como um trabalho exemplar daquilo que se faz, quando se busca tratar cientificamente um objeto, reduzindo-se ele ao desejo de ser tão-somente um *insight* que alguém poderá julgar pertinente, dando um tratamento mais exaustivo e sistemático ao tema.

Saliente-se, por fim, que se optou por manter os enunciados retirados do texto assim como eles ocorrem no artigo original, sem ajustes e acréscimos, embora possam, às vezes, parecer sentenças interrompidas ou frases inacabadas, para que se pudesse evitar a atitude pouco recomendável de efetuar algum tipo de manipulação que force o objeto a se adequar à teoria.

A citação do discurso de outrem

Se as várias classificações para ocorrências de intertextualidade produzem uma grade analítica heteróclita e multicolorida, tal dubiedade não é menos forte em relação ao conceito desse tópico teórico: ora ele remete à relação entre gêneros e, então, é chamado de arquitextualidade ou intertextualidade genérica; ora à relação interna de uma obra consigo mesma e, então, ele é autotextualidade ou *mise em abîme*; ora à relação de um texto com outro e, então, tem-se a intertextualidade ou transtextualidade; ora à relação de uma obra de um autor com outra obra sua e, então, tem-se a intratextualidade. Encontram-se ainda, nos manuais, os conceitos hipertextualidade e hipotextualidade. É recorrente entre os autores, e isso é elucidativo, que o termo *intertextualidade* é reservado para os casos em que a materialidade de um texto se preserva naquele que o cita.²

Para Genette (1982, p.8), a intertextualidade é definida como “une relation de co-présence entre deux ou plusieurs textes, c’est à dire, eidétiquement et le plus souvent, par la présence effective d’un texte dans un autre”.³ Jenny (1979, p.14), por outro lado, propõe-se a “falar de intertextualidade desde que se possam encontrar num texto elementos anteriormente estruturados para além do lexema, naturalmente, mas

2 Um estudo exemplar, nesse sentido, é a obra de Gérard Genette, que sistematiza cinco formas diferentes de relações entre textos (o palimpsesto): intertextualidade, paratextualidade, metatextualidade, arquitextualidade e hipertextualidade. Na obra, o autor se dedica especificamente ao estudo do último tipo, entendendo-o como “toute relation unissant un texte B à un texte antérieur A sur lequel il se greffe d’une manière qui n’est pas celle du commentaire”, ou seja, “un texte dérivé d’un autre texte préexistant” (toda relação que une um texto B a um texto anterior A, em que sobre este aquele se desenvolve de uma maneira diferente da que ocorre no comentário) – ou seja – “um texto derivado de um outro texto preexistente” (GENETTE, 1982, p. 11-2, tradução nossa).

3 A intertextualidade é definida como “uma relação de co-presença entre dois ou vários textos, isto é, de forma crucial e mais frequentemente, como a presença efetiva de um texto na materialidade do outro” (GENETTE, 1982, p.8, tradução nossa).

seja qual for o seu nível de estruturação". Para esses autores, as relações intertextuais devem poder ser detectadas como presença material de um texto efetivo num outro.

Para Jenny (1979, p.14), porém, não basta que tal acontecimento simplesmente se resuma a uma "unidade textual abstraída do seu contexto e inserida assim mesmo num novo sintagma textual", mas que entre o texto citado e o citante haja uma relação estruturante, de desvio, negação ou paráfrase: que a cadeia realize um conjunto estruturado de textos postos em relação. Além de uma materialidade remanescente, positivamente detectável, também uma relação dialogante deverá ser mantida na polissemia e equivocidade que se abrem, portanto, no enunciado recente.

Poder-se-ia pleitear, portanto, que a intertextualidade em sentido estrito, mais do que a um ponto de contato entre gêneros ou temáticas, remete ao fato de a materialidade formal de um texto ser reencontrada noutro e ao fato de essa materialidade, por sua vez, remeter ambigualmente a ambos. Os dois textos se sobrepõem, fazendo-se ouvir duas vozes: a que é citada e mantida a distância, com uma gramática e uma condição de produção própria, e a que cita, com a sua sintagmática, contexto e efeito de sentido. Nesse caso, a leitura demanda que o sentido seja construído nos entremeios de dois textos que dialogam e se condicionam mutuamente.

Jenny (1979, p.20), ao comentar o caso da intertextualidade genérica, afirma que, neste caso, "intertextualidade" seria, aliás, pouco adequado, uma vez que a relação se estabeleceria entre dois sistemas 'abertos' e não entre dois textos". Por outro lado, Bakhtin (1997, p.145) postula que

a diluição da palavra citada no contexto narrativo não se efetua, e não poderia efetuar-se, completamente: não somente o conteúdo semântico, mas também a estrutura da enunciação citada permanecem relativamente estáveis, de tal forma que a substância do discurso do outro permanece palpável, como um todo auto-suficiente.

A partir desses dois pensadores, poder-se-ia afirmar que, às vezes, faz-se um uso um tanto quanto amplo do conceito (nada impede, porém, que tais sentidos existam e sejam assumidos), preferindo-se, aqui, aplicá-lo aos casos em que a materialidade de um texto resta no fio de outro e em que as retomadas têm uma relação semântica detectável de encadeamento significativo sobre o texto anterior.

Tomar-se-á como fio condutor crucial de raciocínio, na análise que se fará, a afirmação que Bakhtin (ibidem, p.144) elabora para esse princípio, dizendo que "O discurso citado é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação". Esse pleito tem a ver com a análise que se fará, uma vez que nela estar-se-á buscando detectar como se dá o processo de citação das vozes dos menores da Febem da unidade de Parelheiros, dos promotores encarregados de investigar a denúncia de maus-tratos sofridos por aqueles e da assessoria de imprensa da instituição. Buscar-se-á perceber até que ponto o fato de os promotores serem representantes da justiça que possuem um certo *status* social e o de os menores serem tidos como portadores de condutas desviantes e ocasionadoras de problemas acabam por determinar que suas vozes recebam uma ou outra roupagem formal para serem citadas. Ou seja: estar-se-á buscando verificar até que ponto o discurso que cita, mais do que meramente inserir a voz de

um outro na sua trama, realiza essa atividade de uma certa maneira, sendo conduzido, inconscientemente, pela representação que faz de uns e de outros.

Um lastro cultural

Um dos princípios que dão o lastro teórico geral sobre o qual se sustenta a História Cultural (ele, na verdade, lhe dá sustentação) é o de que grupos sociais distintos estabelecem diferentes sentidos sobre o mundo, diferenciando-se entre si. Para Chartier (1990, p.16-7), “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Assumindo esse ponto de vista, há que se admitir que as leituras não são nem únicas nem homogêneas, sendo sempre tributárias da “posição de quem as utiliza” (CHARTIER, 1990, p.17); posição, no sentido de pertença social. Isso significa que, para além dos gestos de leitura que os homens realizam, podem ser encontrados os lastros culturais que os orientam e os induzem a afirmar que os sentidos impostos sobre o mundo são uns e não outros.

Bakhtin (1976) conceptualiza esse lastro cultural, denominando-o de *apoio coral*. Para ele, um enunciado só se torna inteligível na sua remissão ao contexto extraverbal que circunda seu aparecimento. Na falta deste, o efeito de sentido peculiar do enunciado fica comprometido. Um enunciado, mesmo que tenda a parecer auto-suficiente e passe a impressão de que, por si só, detém todos os ingredientes necessários para a sua descrição semântica, somente será captado na sua peculiaridade, se for associado às suas condições históricas de aparecimento. Para Bakhtin (p.6),

a situação extraverbal está longe de ser meramente a causa externa de um enunciado – ela não age de fora, como se fosse uma força mecânica. Melhor dizendo, a situação se integra ao enunciado como uma parte constitutiva essencial da estrutura de sua significação. Conseqüentemente, um enunciado concreto como um todo significativo compreende duas partes: (1) a parte percebida ou realizada em palavras e (2) a parte subentendida.

Para o autor russo, o extraverbal seria composto “pelo horizonte espacial dos interlocutores”, que lhes dá acesso a um “conjuntamente visto”, pelo “conhecimento e a compreensão comum da situação”, que os faz terem acesso ao “conjuntamente sabido”, e pela “avaliação comum da situação”, que lhes dá acesso ao “unanimente avaliado” (BAKHTIN, 1976, p.6-7). Para Bakhtin (p.7), “é disto tudo que o enunciado depende diretamente, tudo isso é captado na sua vida real, viva implicação – tudo isso é sua própria sustentação. E, no entanto, tudo isso permanece sem articulação ou especificação verbal”.

Como se vê, para esse autor, a parte propriamente lingüística do discurso de forma alguma pode ser pensada como autônoma em relação às suas circunstâncias históricas. Uma visibilidade, um saber e um sistema de avaliação comuns são necessários para que dois interlocutores, quando presentes numa situação intersubjetiva partilhada, possam interagir e dialogar, entendendo-se.

Segundo Vigner (1988), o extraverbal constitutivo do texto dar-se-ia na forma de um **horizonte de expectativa**. Para ele, para a leitura de um texto, além, obviamente, da forma como este se apresenta, conta a “trajetória de previsibilidade” da sua inserção num percurso intertextual de construção. Caso o leitor não faça parte da “comunidade de leitores” (ibidem, p.34) à qual o texto se endereça, terá dificuldade de interpretação, por não participar do “sistema ideológico compartilhado pelo escritor e o leitor” que permite “representar e interpretar o mundo de maneira idêntica” (p.35). Essa partilha de conhecimentos necessários para que a leitura de um texto possa acontecer é o que o autor vai chamar de “horizonte de expectativa” (p.32), noção que remete, assim como a de apoio coral, ao saber partilhado anterior ao texto que é necessário para que a legibilidade se torne possível, conhecimento que é relativo à circulação de saberes, valores e crenças que constituem um grupo social organizado. Os interlocutores devem estar de posse dos saberes que um espera que o outro possua, para que a legibilidade se faça possível. Caso isso não ocorra, o texto se transforma em uma máquina lacunar, que não logra o objetivo de permitir a interação entre os locutores.

Certeau (1995) denomina essa noção de *comunidade filosofante*. Em *As revoluções do crível*, o autor procura demonstrar que uma autoridade só se mantém na medida em que possui legitimidade, a qual é garantida por um conjunto de crenças que lhe dá sustentação, entrando em derrocada assim que o conjunto das coisas críveis deixa de sê-lo. Sobre o crível é que se tornaria possível “fundar uma sociedade sobre razões para viver próprias a todos e a cada um”; ele forneceria “os circuitos que *possibilitam* um reconhecimento recíproco” e permitiria a “um grupo social formular, ele próprio, *seus quadros de referência* e seus modelos de comportamento” (ibidem, p.39, grifos do autor). Enfim, assim como nos outros autores, percebe-se a defesa de que, para além do texto, para além das materialidades com que os leitores se deparam, há um suporte de crenças ou lastro cultural, garantindo a possibilidade de dizer e a interpretabilidade do discurso.

Parece perfeitamente possível resumir, na afirmação de Certeau (p.3, grifos do autor), que esse lastro cultural fornece “o ar que torna uma sociedade respirável. Ele permite uma comunicação e uma criatividade sociais, pois fornece *referências comuns* e *vias possíveis*”, o princípio que é recorrente entre os três postulados anteriores: todos eles defendem que deva haver um solo comum e partilhado entre os comunicantes para que a produção e a recepção textual se façam.

Trata-se de buscar, neste artigo, a elucidação de um solo cultural determinado: aquela que faz que a articulista do texto em análise proceda da maneira que procede, e não de outra, quando, durante a articulação do seu texto, delega vozes aos promotores, à assessoria de imprensa e aos menores abandonados envolvidos no caso da denúncia da existência de maus-tratos na unidade da Febem de Parelheiros. Trata-se de responder à pergunta: *por que, quando delega voz aos menores, a redatora do artigo o faz de uma forma distinta daquela que utiliza, quando delega vozes aos promotores encarregados de averiguar a denúncia apresentada e aos assessores da Febem?*

Paralelamente a essas duas noções conceituais, como *leitmotiv* para a discussão a ser realizada, poder-se-ia levar em consideração duas afirmações de Barthes, que traduzem de forma exemplar o ponto de vista que se estará buscando sustentar. Uma delas está na *Aula* (BARTHES, 1997, p.14): “a língua, como desempenho de toda lin-

guagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer". A outra está em *O óbvio e o obtuso* (1990) e será apresentada adiante, ao final da discussão.

O Texto

INFÂNCIA *Inspeção na unidade de Parelheiros (SP) levou à descoberta de instrumentos supostamente usados para agredir menores.*

FEBEM TINHA SALA DE TORTURA, DIZ PROMOTORIA

GABRIELA ATHIAS

Promotores de justiça encontraram ontem num esconderijo na unidade da Febem de Parelheiros (zona sul de São Paulo) objetos que eles classificam como instrumentos de tortura: um cassete de ferro, duas barras de madeira, uma "chave chinesa" e um "espancador de costas" feito com o bico de um extintor de incêndio.

O esconderijo foi descoberto durante uma vistoria feita pelos promotores para investigar denúncias de duas supostas pancadarias ocorridas no dia 15 de março e no dia 14 de abril.

Após ouvir os menores da "ala verde", que seriam as supostas vítimas dos espancamentos, os promotores foram à sala da coordenação. O objetivo era encontrar os objetos que, segundo os adolescentes, estariam sendo usados para aplicar castigos físicos.

Os instrumentos foram encontrados no fundo falso de uma escrivaninha que estava encostada na parede, aparentemente sem uso. Sobre a mesa havia ainda um arquivo de papéis e algumas peças de roupas.

Os promotores descobriram que a mesa tinha um tampo que escondia a barra de madeira feita a partir de um cabo de enxada. Na única gaveta, encontraram uma corrente e a "chave chinesa" (chave grande e comprida com cabo circular utilizada, segundo eles, para agredir a parte interna da base dos dedos das mãos sem deixar marcas).

Os outros instrumentos foram encontrados no vão deixado pelo espaço que deveria estar sendo ocupado por outras duas gavetas.

Na sala onde os objetos foram encontrados, só entram coordenadores de turno e agentes de proteção (monitores). Segundo o relato dos menores, eles só entram nessa sala para apanhar.

Os promotores Ebenezer Salgado e Wilson Tafner, responsáveis pela fiscalização, chamaram cinco adolescentes que teriam apanhado até a sala para que fizessem uma "demonstração" sobre a suposta forma de utilização dos objetos. As cenas foram gravadas e a **Folha** teve acesso à fita.

Segundo os menores, os funcionários encaixam a "chave-chinesa" debaixo do dedo médio – entre o indicador e o anular – dos "castigados" e giram o cabo do objeto, que é áspero.

Já o bico do extintor (parte circular) seria usado para espancar o abdômen, na região da cintura. A corrente de ferro é acoplada a um cadeado (que foi encontrado na mesa) e é usada para o mesmo fim, só que na parte superior das costas. Para evitar marcas, os adolescentes teriam as costas cobertas com toalhas durante os espancamentos.

Os objetos encontrados foram legados para o 25º DP (Parelheiros), que irá investigar o caso.

Outro lado

A assessoria de imprensa da Febem informou que instaurou sindicância para apurar a origem dos objetos. Ontem foram afastados "previamente" seis funcionários.

Também será investigada a possibilidade de o material ter sido “plantado” por algum funcionário que “discorda da nova política socioeducativa” da Febem, diz a nota oficial. Segundo a assessoria, os objetos haviam sido encontrados anteontem à noite e seriam enviados à polícia.

A nota diz que a direção da Febem não compactua com qualquer “prática de violência” em suas unidades. A unidade de Parelheiros deverá ser desativada até o dia 15 de julho, conforme anunciado na semana passada pelo governador Geraldo Alckmin.

Folha de S.Paulo, caderno **Cotidiano**, terça-feira, 30 de abril de 2002, folha C3.

A análise

Por não se distanciar das teses de Bakhtin (1976, 1997), Vigner (1988) e Certeau (1995) sobre a existência de um lastro cultural que dá sustentação aos discursos, a afirmação a seguir, de Chartier (1999), pode ser tomada como outro *leitmotiv* para a análise (juntamente com os dois permitidos por Barthes (1990, 1997), pois parece indicar um programa de pesquisa que cai como uma luva para a discussão que se pretende efetuar aqui.

Pensado (e pensando-se) como um demiurgo, o escritor cria, apesar de tudo, na dependência. Dependência em face das regras (do patronato, do mecenato, do mercado) que definem a sua condição. Dependência, mais fundamental ainda, diante das determinações não conhecidas que impregnam a obra e que fazem com que ela seja concebível, comunicável, decifrável. (CHARTIER, 1999, p.9)

Estar-se-á objetivando, aqui, determinar, dentre as dependências que existem (e que são em número enorme), uma delas: aquela já qualificada: *o que leva o autor do texto, ao se valer do processo de citação de vozes, fazê-lo de maneira distinta, dependendo de quem seja o seu produtor?*

Dentre as entradas possíveis de análise para o texto ora apontado, o olhar estará atento à observação de um aspecto em especial: como se processa a delegação de vozes aos menores, aos promotores e à assessoria de imprensa,⁴ buscando-se detectar, a partir daí, que lastro cultural, apoio coral, horizonte de expectativa ou comunidade filosofante se encontra pressuposto e dirigindo a enunciação. Posto de outra forma: a partir da observação da delegação de vozes a menores, promotores e assessores, o que o texto de Athias (2002) revela sobre o funcionamento da citação do discurso de outrem na nossa cultura (revelação que provém muito mais do *como* a autora diz o que diz do que de *o quê* ela diz, uma vez que o *como* viria de um suposto fascismo da língua)?

4 O leitor mais atento não terá deixado de notar que não se encontram relatos de discursos feitos na forma codificada de fazê-lo: isto é, por meio da introdução de verbo *dicendi*. Entretanto, parece óbvio que o único acesso de Athias (2002) às informações que ela veicula ocorreu por meio da fita a que a *Folha* teve acesso, da fala dos promotores encarregados de investigar o caso e da fala dos assessores de imprensa da unidade da Febem. A articulista não esteve presente na investigação. O relato que ela apresenta, portanto, vem filtrado pelas vozes autorizadas a falar com a imprensa. Isso significa que o seu texto é, todo ele, produzido na forma de um discurso relatado, ocorrendo uma filtragem de vozes em diversos graus.

A voz autorizada

Considere-se, inicialmente, o processo de inserção de algumas das afirmações que são tomadas como pertencentes às vozes dos promotores encarregados de averiguar a denúncia de maus-tratos sofridos por menores da Febem em 15 de março e 14 de abril. Embora nesses enunciados os relatos não apareçam na forma canônica, ou seja, introduzidos por verbos *dicendi*, pode-se pleitear que eles não sejam mais do que narração da fala dos promotores, dado que a equipe de reportagem da *Folha* não os acompanhou na investigação, tendo acesso às informações divulgadas *a posteriori*. Isolem-se, para efeitos de análise, alguns deles.

- a) Promotores de justiça **encontraram** ontem num esconderijo na unidade da Febem
- b) O esconderijo **foi descoberto** durante uma vistoria feita pelos promotores
- c) os promotores **foram** à sala da coordenação.
- d) Os instrumentos **foram encontrados** no fundo falso de uma escrivaninha
- e) Sobre a mesa **havia** um arquivo de papéis e algumas peças de roupas.
- f) Os promotores **descobriram** que a mesa tinha um tampo que **escondia** a barra de madeira
- g) Na única gaveta, **encontraram** uma corrente e a "chave chinesa"
- h) Os outros instrumentos **foram encontrados** no vão deixado pelo espaço
- i) Os promotores ... **chamaram** cinco adolescentes
- j) As cenas **foram gravadas** e a *Folha* teve acesso à fita.

Parece evidente que em todos esses enunciados estejam presentes eventos aos quais a *Folha* teve acesso somente após a ida dos promotores à Febem. Ela não esteve no local e não presenciou o encontro, a descoberta, a ida, a existência, a chamada e a gravação. Desses fatos, ela só deve ter sabido no retorno dos promotores, devendo os enunciados que remetem ao que ocorreu durante a visita serem atribuídos a eles, ficando ao encargo do jornal a reprodução das falas. No entanto, todas as formas flexionais, como se pode ver (elas estão destacadas em negrito/italico), encontram-se no modo indicativo, que, para Almeida (1979, p.225), indica que "a ação expressa pelo verbo é exercida de maneira real, categórica, definida, quer o juízo seja afirmativo, negativo ou interrogativo". No entanto, para Bechara (1999, p.221), os modos do verbo são usados de acordo com "a posição do falante em face da relação entre a ação verbal e o seu agente", sendo usado o modo indicativo "em referência a fatos verossímeis ou tidos como tal". Por fim, para Cegalla (1985, p.163), os modos "indicam as diferentes maneiras de um fato se realizar". No caso do modo indicativo, ele seria usado quando se "exprime um fato certo, positivo". É o que pode ser verificado nos enunciados destacados anteriormente: eles remetem a episódios que sugerem fatos estabelecidos: além do conteúdo intelectual ou referencial a que se referem, estão postos no modo que indica certeza e necessidade.

Em sendo razoável o que afirmam esses autores e em se sabendo que as formas verbais destacadas pertencem a tempos do indicativo (pretérito perfeito simples e composto e pretérito imperfeito), pode-se afirmar que a articulista toma os fatos como verdadeiros, já que os põe no modo da certeza, ou do alto grau de probabilidade. Eles não são narrados como fatos sobre os quais possa pesar algum índice de incerteza ou

improbabilidade de ocorrência. Parece justo perguntar de onde vem essa certeza, já que nem a autora nem a *Folha* presenciaram o que parece ter-lhes sido relatado pelas autoridades. E parece justo concluir: a veracidade das afirmações não vem de a produtora do texto tê-las acompanhado, constatado ou presenciado. O que conduz a autora a usar o modo indicativo, modo do real, do certo e do necessário, é tão-somente a autoridade e a posição social dos autores dos enunciados, que impõem sobre a sua enunciação o valor que ela adquire no relato feito pela articulista. Nesse caso, para Ducrot (1987, p.146),

o enunciador de P desempenha o papel de uma autoridade no sentido de que seu dizer é suficiente para justificar que L, por sua vez, se torne enunciador de Q, fundamentando-se no fato de que a verdade de P implica ou torna provável a de Q.

Como se pode verificar, o princípio da verificação *in loco* e da não-dubiedade para a divulgação não precisa ser seguido (se é que alguma vez ele o é), dado terem sido pessoas com um certo peso social que garantem os eventos informados. A imagem e a representação que se faz dos promotores, nesse caso, é o elemento que justifica o uso do modo verbal empregado e não a atitude de verificação daquele que será o responsável pela publicação da matéria. Como afirma Bourdieu (1999, p.45), os “atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que ‘faz’, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre”.

A voz desautorizada

Considere-se a seguir alguns dos enunciados que parecem que devem ser atribuídos aos menores que disseram que foram agredidos. Contrariamente aos anteriores, que não apareciam com marcas de voz relatada ou de heterogeneidade enunciativa, sendo incorporados radicalmente à voz da narradora, que com eles se identifica e os transforma em voz própria, estes denunciam um procedimento de inserção de vozes, seja pelo fato de se fazer por meio do uso de tempo verbal adequado, de conjunção atributiva de voz, de recursos modalizadores (tanto internos quanto externos ao modo verbal usado, isto é, por meio de marcadores especiais) ou de *aspas*. Eis os enunciados:

- a) levou à descoberta de instrumentos **supostamente** usados para agredir.
- b) investigar denúncias de duas **supostas** pancadarias
- c) que **seriam** as **supostas** vítimas dos espancamentos,
- d) os objetos que, **segundo** os adolescentes, **estariam** sendo usados
- e) **Segundo** o relato dos menores, eles só entram
- f) chamaram cinco adolescentes que **teriam apanhado** até a sala
- g) sobre a **suposta** forma de utilização dos objetos.
- h) **Segundo** os menores, os funcionários encaixam a “**chave-chinesa**”
- i) o bico do extintor (parte circular) **seria usado** para espancar
- j) Para evitar marcas, os adolescentes **teriam** as costas cobertas com toalhas
- l) uma “**chave-chinesa**” e um “**espancador de costas**”
- m) debaixo do dedo médio – dos “**castigados**” e giram

A tese de fundo que tem sustentado os trabalhos realizados por Ducrot (1987) é a de que os recursos lingüísticos empregados para construir um texto servem como pistas orientadoras cuja meta é empurrar o leitor para determinadas conclusões: esse fato permitira, segundo o autor, afirmar que a argumentatividade está inscrita na língua (embora Ducrot acabe por se valer da noção de *topos* para mostrar que a argumentação é circunstanciada, isto não muda a essência do seu ponto de vista). Nesse sentido, portanto, as pistas materiais deixadas pelo autor no texto são marcas que não podem passar em branco ou com tal barulho, que façam que outras sejam apagadas ou inaudíveis. Para o autor, deve-se “considerar o sentido como uma descrição da enunciação. O que o sujeito falante comunica por meio do seu enunciado é uma qualificação da enunciação deste enunciado”, ou seja, “o sentido do enunciado é uma representação da enunciação” (DUCROT, 1987, p.172).

Levando em consideração esses pleitos do autor e buscando isolar as estratégias textuais que são usadas por Athias (2002) para modalizar as vozes que polifonizam seu texto, cumpre determinar que efeitos de sentido tais recursos geram, por que eles são esses e não outros, e o que determina, em última instância, o seu uso. Trata-se, em suma, de determinar se eles apontam para algum tipo de representação da autora, e da sociedade, em relação às vozes que ela cita.

Contrariamente aos enunciados anteriores em que a autora relatava episódios informados pelos promotores, aqui, todos os eventos informados são provenientes de afirmações dos menores e todos são mantidos a distância por ela, numa demonstração de não-compromisso com os fatos narrados. Embora, tanto no caso dos promotores como nos dos menores, a autora não tenha estado presente e verificado no local a ocorrência dos acontecimentos que narra, aqui, ela assume um distanciamento marcado, que poderia ser esperado em ambos os casos.

A operação de pôr a voz dos menores a distância, evitando um compromisso com a afirmação que nela se efetua, é obtido por meio de, pelo menos, quatro estratégias. Ou ela se vale de um conectivo atributivo de voz, *segundo* (enunciados *d*, *e* e *h*), deixando implícito o verbo *dicendi*; ou do futuro condicional (*c*, *d*, *f*, *i* e *j*); ou de elementos modalizadores, baseados em *suposto*, na forma de adjetivo ou advérbio (*a*, *b*, *c* e *g*); ou de aspas (*h*, *l* e *m*). No caso do tempo condicional, a estratégia é muito interessante. Esse tempo põe em suspenso a afirmação fatual que se faz por meio dele, como se sempre viesse introduzido por um enunciado do tipo *Desde que x esteja dizendo a verdade*, o que, desde o início, já é uma forma de pôr sob suspeição a fala do outro, mostrando-a como merecedora de descrédito. Não que o mesmo princípio de distanciamento e colocação sob suspeição não ocorra também nas outras estratégias, mas, no caso do futuro condicional, o enunciado que hipotetiza a falsidade da afirmação (acima) parece se aplicar de forma mais efetiva.

E é com justiça que também aqui se pergunte de onde vem essa suspeição ou desconfiança apriorística sobre o que o outro diz. Tanto no caso dos promotores, quanto no dos menores, a autora não presenciou o que relata; ela é uma narradora de segundo ou terceiro grau: nem onisciente, nem onipresente. Porém, ela assume as afirmações de uns como verídica e as de outros como passíveis de desconfiança. Por quê? Parece justo concluir que a suspeita que a autora demonstra, no caso dos menores, está calcada no fato de eles serem quem são e não necessariamente no fato de eles

estarem mentindo; na verdade, o que está em jogo é a imagem que ela faz de menores recolhidos a institutos penais de correção, socialmente concebidos como marginais violentos e falsos.

É digno de nota o fato de que, no caso das afirmações dos promotores, a autora não tem nenhuma evidência fatural que comprove o que eles dizem, o que impediria o uso do indicativo, ao passo que, com relação às afirmações feitas pelos menores, os objetos usados foram encontrados e ela tem fotos deles, assim como da sala usada para as sessões de espancamento, o que parece depor a favor dos últimos. Esses elementos fatuais deveriam dispor a autora a crer menos na fala dos promotores do que na dos menores. Porém, como se sabe, o discurso dos primeiros não tem socialmente o mesmo peso argumentativo que o dos últimos.

Novamente, poder-se-ia ouvir Bourdieu (1999, p.70) a afirmar: “Essa anamnese ... traço incorporado de uma história coletiva e de uma história individual ... impõe a todos os agentes ... seu sistema de pressupostos imperativos”.

Um deslize aparente

Em quatro momentos, a análise feita até aqui parece poder ser contradita, já que neles a delegação de vozes aos promotores é feita da mesma maneira que aos menores, o que poderia invalidar a discussão. Neles, são usados verbos *dicendi* (enunciados a e b), operação de distanciamento (b), conjunção atributiva de voz (c) e aspas (c e d).

- a) Febem tinha sala de tortura, **diz** promotoria
- b) Promotores de justiça encontraram ontem num esconderijo ... objetos que **eles classificam** como instrumentos de tortura:
- c) Os promotores descobriram ... encontraram uma corrente e a “**chave-chinesa**” (utilizada, **segundo** eles, para agredir a parte interna da base dos dedos das mãos
- d) uma “**demonstração**” sobre a suposta forma

No caso desses quatro enunciados, os mesmos procedimentos de atribuição ou de relato da voz dos menores foram usados para relatar a fala dos promotores, como se suas afirmações estivessem sendo postas sob suspeição e a verdade afirmada nelas, em princípio, não pudesse receber crédito.

No entanto, parece poder-se manter todas as reflexões efetuadas até aqui, dado que, nesses casos, a operação de distanciamento entre a voz da autora e a dos promotores mostra ter como causa o fato de que aquilo que é informado pelas autoridades tem como base o que foi relatado pelos menores, tendo-se, então, um relato de terceiro grau. Ou seja, o que é relatado, nesses casos, provém de falas dos menores que depois são reenunciadas pelos promotores. Portanto, o princípio de que os discursos valem aquilo que valem os usuários que os proferem está mantido.

A voz dos assessores

Na segunda parte do artigo, a autora apresenta o que deveria ser considerado como o pronunciamento da assessoria de imprensa da Febem sobre o episódio, valen-

do-se novamente do discurso relatado e fazendo-o a partir do uso de determinadas estratégias, o que acaba sendo revelador, por servir para demonstrar também o tipo de representação que ela faz do discurso daquela instituição. A citação do discurso da assessoria de imprensa da unidade da Febem aparece de forma mais decisiva nos enunciados destacados a seguir.

- a) A assessoria ... **informou** que ... foram afastados "**previamente**" seis funcionários.
- b) será investigada a possibilidade de o material ter sido "**plantado**" por algum funcionário que "**discorda da nova política socioeducativa**" da Febem, **diz** a nota
- c) **Segundo** a assessoria, os objetos haviam sido encontrados ... e **seriam** enviados à polícia.
- d) A nota **diz** que a direção da Febem não compactua com qualquer "**prática de violência**" em suas unidades.

As estratégias a que a autora recorre para inserir o discurso da Febem sobre os eventos denunciados são o uso de aspas (enunciados *a*, *b*, e *d*), de conjunção atributiva de voz (*c*), de verbo *dicendi* (*a*, *b*, e *d*) e do tempo condicional (*c*).

Algumas questões devem ser consideradas sobre a forma escolhida para relatar o discurso da assessoria de imprensa. Antes de mais nada, essa parte do texto é uma das poucas a que a autora teve acesso direto às informações, isto é, sem mediação, já que, com grande probabilidade, foi ela mesma quem entrevistou os assessores; portanto, aqui, ela poderia ter optado com maior segurança pelo modo indicativo (e ela o faz em algumas passagens) do que quando relata a fala dos promotores: no entanto, a autora se vale das mesmas estratégias usadas para relatar a fala dos menores, distanciando-se e não querendo comprometer-se com os conteúdos referenciais que são informados. Nesse sentido, pode-se dizer que a fala da assessoria de imprensa da Febem é tida como portadora de uma credibilidade medida pela mesma escala de valor que mede a fala dos menores e não dos promotores.

Depois: ao colocar entre aspas certas passagens da voz da Febem, a autora demonstra, explicitamente, estar pondo sob suspeita aquilo que lhe é informado, como se dissesse: *eles é que dizem, não eu*. Ao se valer desse recurso, o *previamente* passa a ter o valor de algo que é feito já com um certo atraso e de prévio não tem nada; o *plantado* é posto sob desconfiança, como se já se soubesse que os objetos encontrados não foram colocados lá propositadamente; o *nova política socioeducativa* é sobre-determinado com um efeito de ironia, sendo questionado, principalmente o *nova*, onde se pode sentir um acento de negação; e o *prática de violência* é definitivamente negado, já que faz parte do saber comum que os menores postos em unidades corretivas sofrem maus-tratos seguidamente.

Por fim, chame-se a atenção para o enunciado *c*, em que um dos recursos usados é o futuro condicional (sobre essa estratégia se comentou anteriormente). Aplica-se aqui o mesmo raciocínio que se fez para o caso dos menores: pode-se sentir a voz da autora sendo polifonizada por uma outra que a complementa, retifica ou especifica, dizendo *se eles estiverem dizendo a verdade*, o que permite inferir que, transversalmente, a autora esteja dizendo que acha muito pouco provável que os objetos seriam encaminhados para a polícia, até porque eles haviam sido encontrados há três dias.

Parece razoável concluir que as formas de relatar o discurso dos assessores de imprensa da Febem tenham sido estas pela mesma razão que se aventou para os outros

casos: a representação social que se tem do produtor da voz que se relata acaba por ser marcada no texto por meio de recursos lingüísticos que denunciam essa imagem: isto é, a língua é marcada pela cultura e pelos valores sociais vigentes numa sociedade.

Pode-se terminar a discussão com a afirmação de Barthes (1990), anunciada antes, porque ela resume de forma cabal o que parece ocorrer no texto analisado:

a análise dos códigos talvez permita definir historicamente uma sociedade, mais facilmente e com mais segurança do que a análise de seus significados, pois estes podem, muitas vezes, aparecer como trans-históricos, fazendo parte mais de um fundo antropológico do que de uma história verdadeira: Hegel definiu melhor os antigos gregos através da maneira pela qual significavam a natureza, do que através da descrição do conjunto dos seus "sentimentos e crenças" com relação à natureza. (p.24)

Conclusão

Frise-se que se tem consciência de que, considerados o *corpus* de dados e o espaço de análise, as afirmações não têm a pretensão de ser mais do que um *insight*. Resta, e isso apazigua um pouco a consciência, o fato de que a discussão parece plausível e razoável. Se a afirmação de Barthes (1997) de que a língua é fascista porque obriga a dizer, estando em suas marcas, no seu fio, um conjunto de categorias e de formas de pensar o mundo, é plausível, talvez se devesse pensar que, no caso discutido, os modos do relato mostram a existência de uma maneira para representar as vozes dos que têm uma posição de prestígio na sociedade e outra para os que não a têm ou gozam de um certo preconceito com relação às afirmações que fazem.

Resta como lição o fato de que a mídia (especificamente aquela veiculadora do texto analisado), mais do que confirmar empiricamente os eventos que lhe relatam, para só então publicar, parece se contentar com que o lhe narrem, usando como modalidade veridictória a representação social do informante e não os critérios de objetividade e imparcialidade que seriam, de acordo com ela, os elementos característicos de seus procedimentos de trabalho. Fica como sugestão a possibilidade de um trabalho de investigação mais demorado e sistemático e uma inquietação: será que esta forma de relatar o discurso dos outros é apenas da articulista do texto, da *Folha de S. Paulo*, de toda a mídia, ou da nossa cultura?

Darnton (1990), escritor que viveu a experiência de ser jornalista, por falar a partir de dentro, pode fechar o texto. Ele conta que um dia teve sua atenção atraída pelo enunciado *Toda notícia que couber a gente publica*, que um grafiteiro rabiscara na parede da sala do jornal em que ele trabalhava. Eis seu comentário: "O grafiteiro queria dizer que os artigos só são publicados no jornal se tiver espaço, mas ele também podia estar expressando uma verdade mais profunda: as matérias jornalísticas precisam caber em concepções culturais prévias relacionadas com a notícia" (ibidem, p.96). Como se vê na análise esboçada, essas concepções culturais prévias podem estar presentes no conteúdo que se explicita, mas também podem estar sendo veiculadas pelo jeito com que determinado texto ganha materialidade.

Chame-se a atenção, no entanto, para o fato de que não se está propondo que Gabriela Athias faça o que faz por alguma forma de atitude conspiradora e mal-intencionada. Ela, como todos, está sujeita aos procedimentos de inculcação de violência simbólica, cuja eficácia, de acordo com Bourdieu (1999, p.51), está "duradouramente inscrita no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições".

Talvez, trapaceando com o plano do significante, como quer Barthes (2000), pudesse ficar como sugestão a realização da experiência, útil, de reescrever o texto, aplicando-se as estratégias usadas para relatar a fala dos menores e dos assessores de imprensa da Febem aos episódios que são narrados pelos promotores e vice-versa.

CATTELAN, João Carlos. According them, *Alfa*, São Paulo, v.47, n.1, p.21-35, 2003.

- **ABSTRACT:** *This article has as a basic aim, based on an analysis of a text by Gabriela Athias published by Folha de S. Paulo journal related on one of many denunciations about mistreatments of Febem minors, try to establish a postulate of validity in a general way of the value attribution process is used to the voices that an articulator brings to the text. It will be observed from the analysis about how it is processed, in that text, the delegation of voices to the minors, to the lawyers, and to Febem, and it will be tried to discuss a general principle about one of the discursive activities gotten by effect on written texts transmitted by media.*
- **KEYWORDS:** *Discourse; presuppositional community; citation voices; discursive coercion; meaning effect.*

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, N. de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 28.ed. São Paulo: Saraiva, 1979, 658p.
- ATHIAS, G. Febem tinha sala de tortura, diz promotoria. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 abr. 2002. Caderno Cotidiano, p.3.
- AUTHIER REVUZ, J. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Trad. Claudia R. Castellanos Pfeiffer et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. 200p.
- BACHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. 2.ed. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 316p.
- _____. *A psicanálise do fogo*. 2.ed. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 196p.
- _____. *O ar e os sonhos: ensaio sobre a imaginação do movimento*. 2.ed. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 275p.
- BAKHTIN, M. *Discurso na vida e discurso na arte*. Trad. Cristóvão Tezza. New York: Academic Press, 1976. 23p. (Não publicado).
- _____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 196p.

- BARTHES, R. *O óbvio e o obtuso*. Trad. Léa Novaes. São Paulo: Nova Fronteira, 1990. 237p.
- _____. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. 6.ed. São Paulo: Cultrix, 1997. 89p.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999. 669p.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. Trad. Sergio Miceli et al. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998. 188p.
- _____. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 158p.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 26.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1985. 556p.
- CERTEAU, M. de. *A cultura no plural*. Trad. Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papius, 1995. 351p.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Difel, 1990. 244p.
- _____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2.ed. Trad. Mary Del Priori. Brasília: Editora da UnB, 1999. 111p.
- DARNTON, R. *O beijo de Lamourette*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 330p.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987. 222p.
- ECO, U. *Lector in fabula*. Trad. Attilio Cancian. São Paulo: Perspectiva, 1986. 219p.
- _____. *O signo de três*. Trad. Silvana Garcia. São Paulo: Perspectiva, 1991. 263p.
- _____. *A obra aberta*. 8.ed. Trad. Giovanni Cutolo. São Paulo: Perspectiva, 1997. 284p.
- _____. *Interpretação e superinterpretação*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 184p.
- GENETTE, G. *Palimpsestes: la littérature au second degré*. Paris: Éditions du Seuil, 1982. 452p.
- JENNY, L. A estratégia da forma. Trad. Clara Crabbé Rocha. In: *Intertextualidades*. Coimbra: Livraria Almedina, 1979. p.5-49.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1989. 198p.
- VIGNER, G. Intertextualidade, norma e legibilidade. In: GALVES, C.; ORLANDI, E. P.; OTONI. *O texto: leitura e escrita*. Campinas: Pontes, 1988. p.31-37.